

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010

1

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001	Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010	Emendas
		<b>Emenda nº 2 – CE</b> Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, a seguinte redação:
	Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.	“Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), para prever o incentivo da União à criação de programas de qualificação profissional no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, visando ao atendimento dos egressos da educação superior que especifica.”
		<b>Subemenda nº 1 – CE</b> <b>à Emenda nº 1 – CAE/CE</b> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, nos termos da Emenda nº 1 – CAE, a seguinte redação:
		“Art. 1º A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 20-B:
<b>Art. 20-A.</b> O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE terá prazo até 30 de junho de 2013 para assumir o papel de agente operador dos contratos de financiamento formalizados no âmbito do FIES até o dia 14 de janeiro de 2010, cabendo à Caixa Econômica Federal, durante esse prazo, dar continuidade ao desempenho das atribuições decorrentes do encargo.		
<b>Art. 20-B.</b> Até 30 de abril de 2011, o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal atuarão com exclusividade como agentes financeiros do FIES. <u>(Incluído pela Medida Provisória nº 487, de 23 de abril de 2010) Sem eficácia</u>		
	<b>Art. 1º</b> Os Estados e Municípios poderão firmar convênio com a União visando à qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do FIES, que não estejam no mercado de	“ <b>Art. 20-B.</b> A União incentivará Estados e Municípios e o Distrito Federal a celebrar convênios visando à qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do Fies que não estejam no



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010

2

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001	Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010	Emendas
	trabalho, nos termos de decreto do Poder Executivo.	mercado de trabalho.
	<b>Art. 2º</b> A qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos do curso superior, em períodos de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, a critério da Administração.	§ 1º A qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos do curso superior, em períodos de vinte ou quarenta horas semanais, a critério da Administração.
	<b>Art. 3º</b> A participação nos programas de qualificação profissional será de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme as necessidades e prioridades da Administração.	§ 2º A participação nos programas de qualificação profissional será de até doze meses, podendo ser prorrogada por igual período, conforme as necessidades e prioridades da Administração.
	<b>Art. 4º</b> O FIES, na forma do regulamento, abaterá mensalmente 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento.	§ 3º O Fies, na forma do regulamento, abaterá mensalmente 1% (um por cento) do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período e independentemente da data de contratação do financiamento.
	Parágrafo único. Não será permitido o abatimento a que se refere este artigo, quando o participante do programa de qualificação for beneficiário de outra modalidade de redução do saldo devedor do FIES prevista em lei.	§ 4º Não será permitido o abatimento a que se refere o § 3º quando o participante do programa de qualificação for beneficiário de outra modalidade de redução do saldo devedor do Fies prevista em lei.
	<b>Art. 5º</b> Os participantes do programa de qualificação farão jus a bolsa qualificação, em valor equivalente:	§ 5º Os participantes do programa de qualificação farão jus a bolsa de qualificação, em valor equivalente a:
	I – a um salário mínimo, na hipótese de jornada de 20 (vinte) horas semanais;	I – R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), na hipótese de jornada de vinte horas semanais;
	II – a dois salários mínimos, na hipótese de 40 (quarenta) horas semanais.	II – R\$ 1.356,00 (mil trezentos e cinquenta e seis reais), na hipótese de quarenta horas semanais.
	<b>[Art. 6º]</b> Parágrafo único. Os estados e municípios poderão, por meio de complementação com recursos próprios, adotar valores superiores aos estabelecidos no artigo 6º desta lei.	§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, se autorizados pelas respectivas assembleias legislativas ou câmaras municipais, poderão, por meio de complementação com recursos próprios, adotar valores



## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010

3

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001	Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010	Emendas
		superiores aos estabelecidos no § 5º.
	<b>Art. 6º</b> A União poderá efetuar transferências financeiras aos estados e municípios, destinadas ao pagamento da bolsa qualificação de que trata essa lei.	§ 7º A União poderá efetuar transferências financeiras aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, destinadas ao pagamento das bolsas de qualificação de que trata o § 5º.
	<b>Art. 7º</b> O número de participantes do programa de qualificação não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de servidores ativos do ente federado.	§ 8º O número de participantes do programa de qualificação previsto no caput não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do total de servidores ativos do ente federado.
		§ 9º Na impossibilidade de contemplar todos os interessados nos programas de qualificação previstos no caput, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios darão prioridade aos beneficiários do Fies cuja qualificação atenda às áreas de maior necessidade do ente federado.”
<b>Art. 21.</b> Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.		
	<b>Art. 8º</b> Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.	

